



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO 2016

Março 2016

A. C. Certificada
Abada



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 500 954 089
BENAVILA
AVIS - ALENTEJO
Callado
Benavila
Alentejo

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

RELATÓRIO E CONTAS DE 2016

Março – 2017



I - Nota introdutória

1.- Enquadramento legal e funcional

O enquadramento legal da Fundação Abreu Callado, bem assim as suas directivas operacionais, estão em vigor desde Julho-2015, por despacho do Ministro Adjunto e da Presidência do Conselho de Ministros, conforme à *Lei-Quadro das Fundações* (Lei 24/2012, de 9 de julho) e dele decorrem outras determinações e instrumentos reguladores nela previstas, -- tendo entretanto ocorrido, nos termos do Dec.Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, algumas actualizações à L.Q.F.

O actual modelo e composição dos 'órgãos sociais' respeita as normas regulamentares e impositivas introduzidas pela mesma LQF (Conselho de Administração, Comissão Executiva e Conselho Fiscal), e está expresso nos **Estatutos** actualizados, disponíveis no *website* da Fundação tal como outros instrumentos reguladores das obrigações que competem aos 'órgãos sociais' e dos deveres dos colaboradores da Fundação.

Assim, em 2016, estas determinações legais continuaram em vigor, na sequência da sua adopção plena em 2015, bem assim tiveram continuidade os mandatos introduzidos pela LQF e que estão transcritos nos *Estatutos*.

Decorrente desta estrutura institucional e hierarquizada, estão vigentes os *Estatutos da Escola Profissional* que regulam a sua organização e funcionamento, bem assim os seus *Regulamento Interno* e *Regulamentar Disciplinar*.

Neste contexto, e uma vez repostas determinações legais e testamentárias originais (que tinham sido adulteradas em 1984), entretanto caucionadas pela entrada em vigor da L.Q.F., têm vindo a ser cumpridos os **objectivos** estatutários da Fundação (salvaguardando sempre o Artº 2º - Nº 4. dos seus Estatutos), muito particularmente a "**vontade do instituidor**" -- obrigatoriedade aliás bem expressa no texto daquela L.Q.F.

E esta situação foi já confirmado por auditoria do I.S.S./ Inspecção de Évora, que **não deixou quaisquer reparos** relativamente à organização, funcionamento e cumprimento dos 'fins' da instituição, enquanto IPSS e com natureza de utilidade pública sem fins lucrativos.

2.- Objecto social e finalidades estatutárias

Assim, a Fundação Abreu Callado continuou a prosseguir as suas "*finalidades fundacionais*" testamentariamente determinadas, num quadro continuado e sempre determinado pelo supra-citado Artº 2º - Nº 4 dos Estatutos :

- **actividades gratuitas de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento** (CAE principal - 88101), quando o Instituidor quis priorizar a assistência na doença e na velhice aos seus trabalhadores e reformados, e estando a elas associadas uma contribuição da Segurança Social que cobre apenas uma parte dos custos deste "apoio social" (abrangendo tão só 50 Utentes, quando a capacidade e acção de apoio se alargou a mais de 100 Utentes nos anos mais recentes graças ao alargamento de espaços e actividades, melhorias funcionais e "certificação" das instalações) ;
- **actividades gratuitas de apoio social para jovens estudantes carenciados** (no contexto de acordos vinculativos com o Ministério da Educação, pelos quais a Fundação confere equiparação legal à escolaridade



obrigatória), com alojamento (CAE secundária - 87901), o que configura uma resposta a necessidades de formação dirigida a jovens socialmente desfavorecidos em recursos de 'apoio social', e permitindo-lhes assim adquirir conhecimentos contributivos em domínios profissionalizantes e de continuidade de estudos.

Citam-se ainda outras CAEs relacionadas com actividades que a F.A.C. desenvolve desde sempre (tal como ao tempo da casa fundada pela Família Abreu Callado) e tendo como referência a "vontade expressa do Instituidor" :

- vitivinicultura (CAE 01210), dentro da qual cabem mais duas CAEs especializadas referentes a vinhos *licorosos* ;
- criação de outros bovinos / carne (CAE 01420) ;
- criação de ovinos (CAE 01450) ;
- caça e repovoamento cinegético (CAE 01701) ;
- extracção de cortiça (CAE 02300) ;
- silvicultura e outras actividades florestais (CAE 02100) ;
- ensino secundário e tecnológico, artístico e profissional (CAE 85320).

Parágrafo & - uma anotação à actividade CAE 87901

O enquadramento legal e regulamentar deste apoio ao ensino de jovens estudantes carenciados, e por conseguinte à Escola Profissional, nos mesmos moldes até aí prosseguidos e tal como na última vintena de anos, foi modificado unilateralmente pela Tutela a meio do ano de 2016, causando uma significativa alteração às expectativas de continuidade do modelo de ensino profissional em vigor e com as regras vigentes de financiamento pelo Ministério da Educação através do POCH – e uma vez que está em causa o desempenho da missão de escolaridade obrigatória, da responsabilidade do Ministério da Educação e que tem sido cumprida no concelho pela Escola Profissional Abreu Callado.

E o novo encadeado de procedimentos e regras, alteraram o calendário e os prazos de avaliação e reembolso ao longo de todo o ano de 2016 por parte das entidades tutelares, desregulou todo o mecanismo funcional e atingiu fortemente o equilíbrio de tesouraria da Escola, de que continua sem recuperar há mais de ano e meio. E tudo aponta (no momento da elaboração deste RAC-2016) para um cenário de estreitamento a muito curto prazo das actividades dessa tipologia de ensino nas escola profissionais, por incapacidade de serem suportados os seus custos de funcionamento por outras vias que não as dependentes do M.E. (e no concelho, as instâncias autárquicas distanciam-se do processo e o tecido empresarial resume-se a duas unidades de referência em todo o concelho). E essa sustentabilidade jamais poderá ser assumida por entidades proprietárias sem fins lucrativos, como é o caso da Fundação Abreu Callado, o que arriscaria fazer soçobrar TODA a instituição por insolvência técnico-financeira, se desviasse recursos de outros 'objectivos fundacionais' obrigatórios estatutária e testamentariamente (com consequências catastróficas institucionais e do emprego local), para a manutenção de uma escola que extravasa já a 'vontade do Instituidor' nesta matéria, e que as recentes alterações de enquadramento legal e regulamentar pela Tutela fazem temer o pior no curto prazo.



E tendo sido até aqui, o suporte estatal e tutelar o único financiador das actividades de ensino profissional prosseguidas pela EPAC (conforme aliás consta dos Estatutos desta) no desempenho da sua missão e com imagem muito positiva, a cessação ou redução drástica desse apoio fazem prever um horizonte de carência financeira que ditará a cessação de actividade a muito curto prazo.

3.- O 'modelo' de enquadramento institucional continuou em 2016 a ser o de uma IPSS de apoio / solidariedade social, complementada com actividades que o instituidor não quis deixar esquecidas no contexto da "...casa agrícola fundada por seus pais". E nesse contexto, a F.A.C., sendo por natureza uma 'pessoa colectiva' e 'sem fins lucrativos', dotada de património afecto ao reforço da prossecução de fins de interesse social, cumpre as condições legais no âmbito da Lei-Quadro das Fundações (Artº 3º-Nºs 1./2.), prossequindo esses fins previstos no respectivo articulado legal.

Ao mesmo tempo, continuou a cumprir os requisitos para usufruir do estatuto de "utilidade pública" (concedida há décadas), sem nenhuma espécie de equívoco institucional ou legal de que continua a ser uma "fundação privada" em toda a sua plenitude.

O Conselho de Administração



II - O “objeto” e os “fins sociais”

A.- Estruturas, recursos e acções concordantes com ‘finalidades’ de natureza social

Tal como previsto no PAO-2016, manteve-se ao longo do ano o programa de *adequações estruturais, organizacionais e funcionais*, – entretanto e forçosamente adequadas a algumas **alterações tutelares** introduzidas sem qualquer conhecimento prévio ou negociação de viabilidade dos ‘procedimentos’, como sucedeu com a decisão do Ministério da Educação em alterar significativamente (a meio do ano) algumas regras de apoio ao acompanhamento dos *objectivos de apoio social para jovens estudantes carenciados e frequentadores de ‘cursos profissionais’ na EPAC*, que com elas foram afectados em termos de expectativa para esse e anos subsequentes – e que à data da elaboração deste RAC-2016 estão a ter plena confirmação de novas restrições e delongas processuais na avaliação dos ‘cursos profissionais’, que prosseguirão numa óptica de racionalizar custos de implementação desses cursos, e tendendo para a sua inserção na designada *escola pública*, o que realmente contribuirá para uma política de contenção de custos da rede do ‘ensino profissional’. E a consolidar-se esta decisão tutelar, para que tudo aponta (e quem define as *políticas de educação*, estabelece os meios que lhe pretende afectar), o *ensino profissional gratuito* e suportado pelo Ministério da Educação, passará a ocorrer apenas nas *escolas públicas*, ou no IEFP, numa assumida medida de reduzir custos da ‘*escolaridade obrigatória*’.

No que continuar a ser possível fazer neste domínio, e na acção do ‘centro de convívio e apoio social’ para a Terceira Idade, essas “finalidades” vêm provar que a instituição percorreu e mantém actual um caminho claramente direccionado para fins de interesse social, sem fins lucrativos e de utilidade pública.

Apoio Social – a vertente por excelência da acção da F.A.C.

I - Centro de Convívio e Apoio Social

Naquele contexto de objectivo prioritário, justificou-se plenamente que em 2006-2007 tivesse tido lugar a ampliação do Centro (mais um sala de trabalho, um novo espaço de alpendre coberto, uma melhoria funcional do pátio exterior para actividades ao ar livre, um crescente aumento das suas “actividades” e do número de Utentes inscritos e utilizadores do Centro – cerca de 140 no final de 2015, – e tendo-se procedido em 2010-2011 à “certificação” das instalações do Centro conforme exigências legais e tutelares. havendo sempre uma *lista de espera*, já que o espaço disponível não comporta mais ocupação além dos 120 Utentes inscritos e beneficiários. O Centro corporiza assim uma ‘*resposta social*’ bem definida de “apoio à 3ª Idade”, que reúne diversas e sempre crescentes “actividades” permanentes (lúdicas, educativas, manutenção física, contribuição para o envelhecimento activo e entretenimento adaptado àquela faixa etária) :

* expressão plástica,



- * bordados,
- * hidroginástica,
- * alfabetização,
- * informática,
- * expressão corporal,
- * gerontomotricidade,
- * estimulação cognitiva,
- * Iniciação musical,
- * relaxamento musical,
- * apoio psicológico
- * enfermagem,
- * medição de tensão arterial,
- * controlo de peso,
- * recolha de saberes,
- * histórias de vida,
- * jornal "Ecos do Centro"
- * lanches-convívio,
- * comemoração mensal dos aniversários.

Para além destas "actividades permanentes", celebram-se diversos *Dias Festivos*, como são os

- . da Mulher,
- . da Poesia,
- . da Alimentação
- . da Água,
- . do Livro,
- . das Janeiras,
- . da Dança,
- . da Espiga,
- . da Família,
- . do Ambiente,
- . dos Avós,
- . do Carnaval,
- . dos Santos Populares
- . da Alfabetização,
- . do Coração,
- . do Idoso,
- . do S. Martinho,

Fundação Abreu Callado • Fundada em 1948

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social • Membro Honorário da Ordem de Benemerência
Travessa Abreu Callado 7480-228 BENAVIDA | Tel.: 242 430 000 | Fax.: 242 434 284
Email: fundacao@abreucallado.pt | Website: www.abreucallado.pt | NIF: 500 954 089



. do Natal.

E a estes eventos – tal como em anos anteriores – somaram-se ainda diversos “passeios” e “visitas” de índole cultural e lúdica, que já levou os Utentes do C.C.A.S. a conhecer por dentro como funcionam : jornais, rádios, praias, roteiros turísticos, fluvial, oceanário, coudelarias, museus, termas, parques de campismo, arquivos históricos, castelos, barcos de recreio e de formação de marinheiros, pistas de karting, rotas de passeio em balão, – e tantos outros locais de interesse que, sem a iniciativa do **Centro**, jamais estariam ao alcance destas populações rurais do interior.

O **Centro de Convívio e Apoio Social** da F.A.C. concretizou assim um conjunto de **objectivos sociais**, que em síntese se podem definir como :

- ☐ Valorizar e dignificar a Terceira Idade, contribuindo para o desenvolvimento normal do processo de envelhecimento activo.
- ☐ Facultar ‘apoio social’ e acompanhamento psicológico aos reformados e idosos.
- ☐ Proporcionar acções de lazer e entretenimento, através de actividades lúdico-recreativas e culturais.
- ☐ Promover e incentivar a convivência entre os Utentes do Centro.

II - Escola Profissional Abreu Callado

Em 2016 foram introduzidas pela Tutela mais algumas *alterações legais*, que obrigaram a actualizar o ‘Regulamento Interno’ da Escola e a autonomizar um ‘Regulamento Disciplinar’, tendo havido outras pequenas mudanças regulamentares ainda de imposição tutelar, que igualmente foram enquadradas no funcionamento da Escola, mormente pela extinção dos Cursos Vocacionais.

A composição da Direção Pedagógica/DP continuou a incluir o Director Pedagógico e os Directores de Curso, mantendo-se a ‘composição’ e ‘decisão’ colegiais no seu funcionamento.

Continuaram a ser publicitados e disponibilizados os documentos de cariz pedagógico, bem como a composição de órgãos internos e de pessoal docente e não docente, e os dados referidos à participação financeira das entidades que apoiam o funcionamento da Escola, tal como mais alguns elementos que até agora não eram citados na legislação e em particular no DL 4/98, entretanto revisto.

A Escola foi actualizando o seu *website* próprio, o qual apresenta os conteúdos programáticos dos Cursos, as regras de admissão e gestão internas, e demais elementos orientadores do funcionamento vigente.

A alteração significativa em relação a 2015, foi a **suspensão de inscrições em turmas de 1º Ano no início de 2016/17**, face a uma alteração tutelar (ocorrida em finais de Junho/2016 e já com o calendário pedagógico aprovado, aceite e assumido por ambas as partes), que penalizava fortemente a Escola e que perverteu genericamente as condições (até aí vigentes) de inscrição, de assumpção de compromissos (agora a três anos), e de responsabilização da Escola em actos e determinações unilaterais tutelares, para as quais em nada contribuiu ou fora auscultada : tratou-se tão só da adopção de novas políticas de Educação, que privilegiam a “escola pública” e o IEFP na leccionação dos cursos Profissionais. E neste novo e súbito cenário, as “escolas profissionais”



Alfado
Lirolia

foram deixadas ao critério e à sustentação pelas entidades proprietárias, e só se estas forem entidades autárquicas ou empresárias terão alguma possibilidade de continuar a funcionar sem apoios tutelares da Educação. As restantes, ficam à responsabilidade isolada das entidades proprietárias, tenham ou não meios para tal – e a essa realidade sem saída, a Tutela mostra-se totalmente distanciada.

Neste contexto, no ano lectivo de 2016/17 apenas prosseguiram plano de estudo os 2ºs e 3ºs anos, dos Cursos de Animador Socio-Cultural e o de Turismo Ambiental e Rural.

III – Outras acções de apoio social

Noutros “registos” igualmente de clara natureza **social**, tiveram continuidade em 2016 outras *iniciativas e actividades* que são proporcionadas pela Fundação aos seus ‘beneficiários preferenciais’: a **Terceira Idade** local e os ‘**jovens carenciados**’ da região onde está implantada a sede da F.A.C. :

- diversos *contributos sociais*, tais como “complemento de reforma”, “apoio medicamentoso”, “cuidados primários de saúde”, “ofertas natalícias”, “rendas habitacionais simbólicas para famílias carenciadas”, “hortas comunitárias gratuitas”, “distribuição regular de produtos alimentares”, “etc ;
- adesão a programas de apoio social e ocupacionais dinamizados pelo IEFP, colaborando assim a Fundação na redução do desemprego regional e na reentrada em actividade de muitos subsidiados inactivos, bem assim proporcionando através destes ‘programas’ uma melhoria do rendimento das famílias abrangidas ;
- cedência gratuita do **Forum** da Fundação para realizações e acções dinamizadas por entidades regionais de solidariedade social sem recursos próprios e que se dedicam igualmente ao ‘apoio social’ no concelho de Avis ;
- colaboração e ofertas nalgumas acções e iniciativas de índole socio-cultural organizadas no concelho ;
- contribuições em géneros sazonais (lenha, azeite, azeitona para conserva, etc) a famílias carenciadas ;
- cedência gratuita de terrenos e água, a reformados e carenciados da vila-sede da Fundação, que pretendam fazer ‘hortas’ em espaços cedidos pela Fundação, delas tirando uma parte da sua subsistência ;
- oportunidades a outros idosos locais para participarem em ‘acções’ culturais no *Centro de Convívio e Apoio Social* (para além dos Utentes deste), e no âmbito delas poderem oferecer alguns dos seus produtos executados durante as actividades que desenvolvem, ajudando assim ao seu rendimento familiar ;
- organização de sessões de esclarecimento e alerta, para os idosos e os alunos da EPAC, sobre prevenções no domínio da HST, furtos, assaltos, cuidados de saúde, incêndios de verão, acidentes na natureza, e outras situações de prevenção e defesa de bens e pessoas.

Estas ACÇÕES estão estreitamente ligadas, como se depreende, à natureza **social** da Fundação Abreu Callado, e têm sido alargadas, na última dezena de anos, a muitos mais elementos carenciados da população local, que não só aos ‘reformados’ e trabalhadores da Fundação.



B.- A conjuntura socio-económica de curto/médio prazo

Durante 2016, e perante um cenário de grandes dificuldades sociais e económicas das famílias locais e do concelho, que a FAC não podia ignorar, a 'actividade fundacional' adaptou-se e continuou a pautar-se no essencial pelas suas 'possibilidades' e a dar espaço às suas principais 'prioridades' :

- manter a consecução das "*finalidades fundacionais*", de índole social para a Terceira Idade e as de natureza educativa para jovens carenciados da região (na medida das limitações agora impostas pelo Ministério da Educação), bem assim as que respeitem à sua natureza de FUNDAÇÃO PRIVADA e de IPSS, e honrar o estatuto de "utilidade pública", definidas na Lei 24/2012 e no recente DL 92/2014 ;
- aproveitar sinergias inter-setores dentro do espaço operacional da Fundação, bem assim em cooperação com outras entidades de idêntica natureza da região que possam reforçar o "desempenho social" da instituição ;
- utilizar exaustivamente – maximizando-os – os meios e recursos humanos, patrimoniais e operacionais disponíveis, e pô-los ao serviço dos beneficiários da Fundação e demais carenciados da sua vila-sede ;
- racionalizar e aproveitar multifuncionalmente os 'meios humanos' e 'instrumentais' disponíveis – face à imposição de restrições financeiras derivadas das dificuldades orçamentais a nível nacional, e que resultam essencialmente nos atrasos e suspensões de financiamento à Escola Profissional cada vez mais drásticos e limitativos ao seu bom funcionamento – de forma a obter idênticos resultados, e impulsionar melhorias de produtividade que contrariem e equilibrem a queda da procura interna nas regiões desertificadas do interior ;
- melhorar a rentabilidade das "actividades económicas de suporte", através de um rigoroso sentido de gestão integrada e prudente, para poderem continuar a apoiar aquelas "*finalidades fundacionais*" de natureza social.

C.- 2016 → contenção e rigor de gestão

→ O Conselho de Administração da Fundação Abreu Callado está consciente que em 2016 houve que socorrer a tesouraria da Escola Profissional, atingida pelas fortes restrições de operacionalidade do POCH, e para não deixar cair no vazio o ano lectivo em curso. E tal se reflectiu na suspensão do apoio a outras actividades que tiveram de aguardar uma (na altura esperada) retoma da normalidade dos pagamentos do mesmo POCH. Mas que no momento de elaboração deste RAC-2016, aqueles ainda continuam por regularizar, com um crédito a haver na ordem dos 391.000 Euros, o que constitui uma dificuldade e uma enormidade impossíveis de ultrapassar.

E esta situação, adoptada para não deixar cair o ano lectivo em curso a meio do seu desenvolvimento, reflectiu-se em cadeia em todo o planeamento orçamental da FAC para 2016. Houve que accionar mecanismos de crédito provisório e sem penalizações ou compromisso de activos da FAC, aguardando-se em cada dia a regularização do POCH, e entretanto implementou-se um modelo de gestão financeira 'ao-dia' para prevenir roturas de tesouraria.



Foi necessário adoptar uma postura institucional de grande racionalidade e sentido de responsabilidade perante a realidade vigente, e que permitisse manter um desejável e necessário *'equilíbrio sustentável'* da instituição.

→ Esta situação esteve sempre no centro das preocupações ao longo de 2016, por isso na Fundação deu-se atenção extrema à competitividade de determinados mecanismos de sustentabilidade de certas *actividades* da F.A.C. mais ligadas ao consumo interno (vinhos, pecuária, enoturismo, etc), mesmo quando se teve que equacionar soluções de emergência e eliminar alguns *'custos operacionais'*.

→ A Fundação adaptou alguns desses mecanismos e áreas produtivas (sem deixar de privilegiar os mais ligados e dirigidos às "finalidades fundacionais"), que exibiam maior capacidade de desenvolvimento e apetência do exterior, E continuaram a ser **três** as situações que mereceram avaliação mais cuidada, salvaguardando as actividades que testamentariamente o Instituidor indicou como inalienáveis :

- 1.-- sector operacional ou simples actividade que claramente não tenha capacidade previsional de sustentação a prazo, teve – e vai ter – os seus "custos de produção" reduzidos à medida dos "proveitos" ;
- 2.-- os *custos* com rubricas como *'pessoal'*, *'FSE'* ou *'aquisição de matérias-primas'*, continuaram a ser rigorosamente adaptados à realidade, pois a sobrevivência do "todo institucional" não pode ser posta em causa pela negligência e falta de responsabilidade e de consciência institucional nalgumas situações ;
- 3.-- os *'quadros'* foram adequados (e vão continuar a ser) ao exclusivamente necessário e incontornável, devendo cada um ter a responsabilidade e a consciência de que não deve pôr em causa a sobrevivência do "todo", com exigências que não possam ser suportadas e negligências que saem sempre caras no saldo da actividade anual..

→ Neste cenário, o *Código de Ética e Conduta* em vigor continuou a ser um instrumento complementar da gestão, de cumprimento obrigatório, na medida em que está contemplado na própria Lei 24/2012 (L.-Quadro das Fundações), e cujo desrespeito pode acarretar prejuízos à instituição e ao seu equilíbrio estável.

D.- A origem *'externa'* da conjuntura e as suas consequências internas

a)- As causas deste "agravamento conjuntural", que começou a fazer-se sentir na Fundação essencialmente após o Verão de 2015, são, como se sabe, externas à mesma Fundação :

- cortes e adiamentos no apoio ao "ensino profissional", sem lógica nem sentido pedagógico, que estão a atingir níveis inacceptáveis (e que pesam muito nos meios mais carenciados do interior), numa demonstração de que a *'educação'* nesse mesmo interior profundo está afinal dependente da atitude passiva (negligente?) de decisores tutelares, distritais e autárquicos, apenas preocupados com os seus *'programas'* e resultados próprios ;
- medidas e decisões *'oficiais'* ignorantes da realidade social, que acabam por ser elas mesmas a fonte primeira e comprovada de exclusão social de populações envelhecidas e do abandono / insucesso escolares ;
- restrições e acções (quantas vezes persecutórias), em domínios carentes de *apoio e tolerância ambiental* (caça, floresta, etc) e de defesa dos *habitats* ;



- imposições processuais e atrasos cada vez mais alargados e penalizadores da 'actividade educativa' (até então coroada de êxito) na avaliação e reembolsos de alguns apoios-chave, sobressaindo entre eles o **POCH** ;
 - queda continuada do 'consumo interno', recaindo negativamente em domínios de suporte económico à *acção social* da FAC ;
 - desemprego crescente e estrutural, cuja recuperação não chegou ainda (e chegará?) ao interior norte-alentejano.
- E todas elas condicionaram os 'resultados' da instituição em 2016 e irão agravar-se em 2017.

E como era dito no '*Plano de Actividades e Orçamento para 2016*', e se pode repetir neste Relatório, já a partir do início de 2017 vai ficar evidente que o '**futuro**' não será igual ao '**passado recente**'. E como exemplo, a Escola Profissional Abreu Callado de ontem, nada terá a ver com a de amanhã. E quem não interiorizar esta realidade, não se conseguirá adaptar às mudanças deste 'novo tempo'.

E dentro da Fundação, com o novo Quadro comunitário a apontar claramente quais são as suas opções orçamentais e de resultados esperados, associados à realidade da economia europeia, tal quererá dizer que se aproxima um tempo de grande incerteza dos "subsídios" públicos, que têm um futuro de exaustão adivinhável.

Dessas 'mudanças', e fixando-nos nos 3 paradigmas correlacionados e antes já citados (*procura <--> trabalho <--> emprego*), algumas têm que ser retidas e muito meditadas por todos, se quisermos ser úteis ao *futuro* e a todos. Duas reflexões e exemplos entre outros :

- a remuneração do trabalho provem de 'actividades sustentáveis', e estas decorrem da existência real de uma "procura" dos produtos dessas actividades e de um "trabalho" que viabilize a 'produção', e de políticas públicas (como na Educação) que definam claramente prioridades e onde querem insistir ;
- inventar 'funções' que não existem, para justificar 'trabalho', só terminará em 'fim' inglório, porque aquelas foram mal avaliadas e mal decididas.

Da mesma forma – e por maioria de razão, já que são a 'origem institucional' de alguns destes constrangimentos --, as **entidades tutelares** devem encarar essa nova realidade e não manter posturas ambíguas ou de '*rigidez analítica e avaliadora*' que decerto a grande maioria das IPSSs não vai poder acompanhar, -- e que, a serem-lhe impostas no mesmo registo uniforme, lançará muitas delas numa vertigem de (in)sobrevivência que urge evitar e prevenir (o caso do POCH junto da EPAC é um caso bem ilustrativo)..



III - O contexto social

1.- Neste domínio, a Fundação Abreu Callado (tal como em 2015) prosseguiu os seus “*objectivos*” estatutários e “*finalidades fundacionais*” :

-- o **apoio social à Terceira Idade**, tanto em ‘actividades’ e ‘serviços’ organizados pelo *Centro de Convívio e Apoio Social*, como pela concretização de ‘actos sociais’ já institucionalizados :

... lanche diário aos Utentes do *Centro de Convívio e Apoio Social*,

... actividades de animação sociocultural,

... apoios medicamentosos,

... cuidados de saúde primários,

... complementos de reforma,

... ofertas natalícias,

... e outras acções de solidariedade social aos mais desprotegidos daquela faixa etária e residentes na vila-sede da Fundação ;

-- **apoio educativo** e dirigido ao “ensino de jovens” carenciados da região.

Mas em 2016 ambas as ‘finalidades de apoio social’ tiveram que se conformar a uma “prudência orçamental” que resultou – e isto é incontornável – da redução de apoios e financiamentos públicos (nomeadamente à “escola profissional”), e das condicionantes externas sobre as actividades económicas de suporte ao ‘objecto social’ (no âmbito da contracção do consumo interno, resultante do agravamento da situação socio-económica das famílias).

Era dito na previsão expressa em sede do PAO-2016, como *premonição preocupada*, e confirmou-se como certeza incontornável ao longo do ano : **nada será como dantes (pelo menos no curto/médio prazo) no panorama social e económico, e por consequência nas IPSSs do interior do país.**

E como os ‘investimentos’ essenciais e suficientes ao cumprimento das “*finalidades fundacionais*” da F.A.C. e das suas “*actividades de suporte*” haviam sido já realizados nos anos mais recentes, e se mostraram bastantes em 2015 para a sua consecução, -- não foram contemplados nos “orçamentos” departamentais de 2016 quaisquer novos investimentos em equipamento, salvo os que foram legal e pontualmente exigidos. E, no caso da EPAC, por inesperada insolvência de tesouraria, a FAC teve de até finais de Dezembro socorrer o seu ‘funcionamento’ e planos de investimento, prejudicando outras actividades – o que não continuará em 2017 !

2. O apoio social à Terceira Idade

a)- Num contexto de crescente visibilidade das dificuldades das famílias, foi notório o seu reflexo na vida das “instituições”. E os mais idosos e carenciados foram dos mais afectados, tanto em termos de cuidados primários



(até aqui dados como **certos** até ao fim de vida ...), como nas expectativas de apoio às estruturas sociais respectivas perante a sua condição de 'reformados' antes de mais, e de 'carenciados' numa *segunda leitura* dos seus 'direitos humanos'.

O "apoio social" que a Fundação disponibilizou em 2016, para de alguma forma compensar essa redução de apoios institucionais públicos, teve um reduzido impacto através do '*protocolo de cooperação com a Segurança Social*', e teve que ser através dos seus recursos próprios e **disponíveis** (e cada vez mais condicionados pela diminuição da capacidade dos carenciados) que a F.A.C. deu cumprimento a essa vertente da sua missão.

b)- Ainda quanto ao "protocolo" com a Segurança Social, há anos que a Fundação clama por um apoio equivalente aos seus Utentes (vai em 140, e há-os em espera), e que continuou a receber apenas para 50 desde o Acordo de 1999, mesmo depois de ter efectuado e custeado melhorias (espaços, actividades,...) em 2006/2007, e certificado as instalações do Centro de Convívio em 2010-2011.

E de nada valeram as 'inspecções' e as 'verificações' de que o *Centro de Convívio* continuou a ser alvo : a insensibilidade institucional, mormente a regional, manteve-se igual e alheia à realidade que está no terreno.

Sobre o que a Fundação fez pelos seus 'reformados' e outros 'idosos' locais, para além do tal contributo público a 50 Utentes (com valores iguais aos de 1999) na modalidade de "centro de dia", avultaram :

- ... complementos de reforma, para os 'reformados da Fundação' que tenham completado um número determinado de anos ao serviço da instituição e nela se tenham aposentado ;
- ... apoio medicamentoso e cuidados primários de saúde ;
- ... cabaz natalício, à base de produtos alimentares e (alguns) alusivos à quadra festiva em que são distribuídos ;
- ... disponibilização de produtos da terra que a Fundação possa ceder (por exemplo lenhas para o Inverno, ou 'azeitona na árvore' para consumos domésticos) aos idosos e outros carenciados que o solicitem ;
- ... "serviços", "actividades" e "benefícios" prestados pelo *Centro de Convívio e Apoio Social*, no modelo até agora praticado (e que está profusamente documentado no 'folheto promocional' do Centro) pelo seu impacto socio-psicológico nos respectivos beneficiários e suas famílias ;
- ... disponibilização gratuita de "leiras de terreno" e "água para rega", no local designado de *Horta da Palha*, para que nele os seus reformados e outros 'carenciados' de Benavila possam instalar '*hortas*' -- e dessa forma aceder, sem custos de produção além do seu trabalho pessoal, a uma forma de conseguir parte dos seus "proventos de subsistência",

3.- Apoio ao "ensino de jovens" carenciados

Não foi surpresa em 2016, a percepção clara de que as '*escolas profissionais*' iriam ser um dos alvos dos cortes na despesa pública -- não recusando especificamente aprovar reembolsos, mas prolongando 'análises', 'pedidos de documentos', 'mais CCP', não respondendo a esclarecimentos, etc. Há sempre uma forma de chegar lá.



E os resultados aí estão : os atrasos de avaliação, o bloqueio das plataformas de inserção de contas, as faltas de envio de audiência prévia, a ausência dos reembolsos que viabilizem um funcionamento normal da Escola.

E nessa circunstância, a Fundação Abreu Callado não tem meios ou capacidade decisória, de se opor ao que a nova '*política de educação*' decidiu implementar no contexto actual.

O cenário é claramente de estreitamento acelerado das contribuições do POCH para as 'escolas profissionais'. E os compromissos de candidaturas trienais, mais as percentagens de passagem de ano e de conclusão dos cursos. e a obrigatoriedade de que 55% dos alunos estejam a trabalhar ou a prosseguir estudos superiores nos seis meses após conclusão dos seus cursos – com penalizações e devoluções de verbas gastas na sua formação – tudo isto não passa de um conjunto de 'condições' para a partir delas o M.E. se libertar de responsabilidades.

E nestas condições, a FAC não tem rendimentos disponíveis para se substituir ao Ministério da Educação e financiar do seu bolso uma missão de interesse público – leia-se "escolaridade obrigatória" – que ao Estado compete implementar e sustentar.



IV - As actividades económicas de suporte

i)- Retomando a linha previsional do PAO-2016 – até porque as circunstâncias institucionais e da realidade socio-económica nacional, não se alteraram ao longo desse ano, antes se agravando nalgumas vertentes mais sensíveis – a Fundação Abreu Callado, enquanto IPSS e entidade com o estatuto de 'utilidade pública', manteve em 2016 :
- os actuais apoios sociais aos seus *reformados* e outros idosos da vila-sede da instituição ;
- os "benefícios socio-educativos" a *jovens carenciados* (estes através da sua Escola Profissional, com o apoio de recursos provenientes do POCH, que legal e estatutariamente é a única fonte de financiamento dessas acções de formação no contexto da 'escolaridade obrigatória' que lecciona) ;

- outros objectivos "na medida das suas disponibilidades (vide Estatutos – Artº 2º - Nº 4.-) e conforme aos 'resultados' que aquela mesma realidade socio-económica permitiu no ano em apreço.

Mas estes 'resultados' são sempre uma incógnita, mormente nas vertentes *sectoriais* mais dependentes do mercado interno (vinhos, pecuária, floresta, ...) ou de condições climáticas adversas, ou ainda de variações no contexto competitivo dos mecanismos de venda dos produtos.

E 2016 teve de tudo isso, apesar de haver – e o 'aviso' vinha já do PAO-2016 – "" ... *uma ideia muito clara da situação extremamente difícil que se avizinha para o país neste anos mais próximos, e que poderá ter reflexos sobre a evolução das actividades económicas de suporte económico da F.A.C.*"" Fomos previstos !!!

O mercado interno de 'gado' e 'vinhos' manteve-se equilibrado. Mas no caso dos vinhos ele foi abalado pelo excesso de oferta interna como nunca se assistira, e pela ocorrência de chuvas em período de floração. E no caso do 'gado' houve que recorrer algumas vezes à alimentação à mão (palhas e fenagem alugada), o que fez subir os custos de manutenção dos efectivos. Ainda no sector dos 'vinhos', houve a registar uma paragem das compras por parte de um dos principais distribuidores durante quase dois terços do ano e a redução consequente das receitas.

ii)- No que àquelas '*actividades económicas de suporte*' diz respeito, houve ainda que saber contornar e suprir essas dificuldades, usando meios próprios que estavam cativados para outros fins, e assim manter o equilíbrio interno e salvaguardar postos de trabalho, – apesar de se terem dispensado alguns colaboradores prescindíveis e sempre que se conseguiu assegurar o funcionamento operacional multifunções, e ao mesmo tempo se tenham reduzido outros custos desse funcionamento.

A situação em 2016 foi pois marcada – e além do agravamento dos prazos de reembolso de verbas à Escola por parte do POCH, como nunca se assistira nos últimos 10/12 anos – por essas dificuldades conjunturais.

iii)- Neste contexto, 2016 foi quase "atípico" por comparação aos últimos 6/7 anos, avultando como maiores 'contrariedades' para os resultados globais,

– o ano extremamente penalizador do ponto de vista climático para os 'vinhos' (quebra de cerca de 80.000 kgs) ;
– a crescente irregularidade e apreensão dos reembolsos do POCH, claramente sem soluções organizativas e de resposta, e com **elevados e drásticos prejuízos** para as escolas e o êxito da sua missão pedagógica ;



Vitivinicultura

- em 2016 ocorreram algumas novidades no domínio das ‘referências’ dos *Vinhos Abreu Callado* :
 - lançamento de uma nova colheita do *Vinho Licoroso tinto*, que teve grande procura ;
 - os ‘*Branços*’ (normal e *Lágrima*) de 2015 ,
 - uma nova referência do *AC-Reserva de 2013*, já premiada com uma medalha ‘double-gold’ internacional.
 - *Infinitum Grande Escolha 2014*, e *Horta da Palha 2013*.
 - Os stocks de vinho para ‘bag-in-box’ foram alargados, e devido á sua qualidade, esgotaram durante dois meses, porque se mantem a norma de não adquirir vinhos de outras produções.
 - Na comercialização dos vinhos, e para além do alargamento dos ‘distribuidores’ regionais, continuaram a ser levadas a cabo várias “campanhas” (Páscoa, Verão e Natal/Ano Novo), destinadas a amenizar a quebra da procura interna nos períodos de ‘baixa’.
 - A FAC conseguiu, na segunda metade de 2016, fazer uma ‘parceria’ com um distribuidor de vinhos ‘on-line’, com grande procura e que propiciou vendas muito significativas nos últimos meses do ano.
- As operações de “poda” e “vindima” continuaram a ser feitas por subcontratação (empreitada).
- No capítulo de ‘*custos com pessoal*’, manteve-se o modelo de ‘equipa’ idêntica aos últimos anos, mas no início de 2016 (e para acautelar situações de ‘custos’ duplicados), houve um rearranjo com manutenção de um só ‘técnico-residente’, o enólogo-consultor e um avençado para o sector das “vinhas”, libertando assim encargos em meios humanos da Fundação para esta actividade e encaminhando recursos para melhoramentos inadiáveis na adega.
- Merece referência a continuidade da boa imagem dos vinhos da Fundação, que em 2016 culminou com mais um ***Best Red Portugal – 2016, no Korean Whine Challenge***, com o *Infinitum Grande Reserva 2011*, além de outras distinções (que somam nesta altura mais de 50 prémios), e que foram solicitados para diversos eventos da especialidade.

Pecuária

- A Fundação continuou a privilegiar os ‘bovinos’ e ‘ovinos’ (nestes com ‘brancas’ e ‘pretas’) para produção de carne, e as *merinas pretas* continuam a ser maioritariamente destinadas : 1) um número determinado de fêmeas juvenis, para melhorar e aumentar o efectivo da casa, e 2) os machos para integrar (com fêmeas excedentes) núcleos de novos e pequenos empresários que cada vez mais procuram criar novos efectivos desta raça tipicamente alentejana, e de que a Fundação possui o rebanho-mãe do Alentejo desde 1932.
- Como complemento e reforço alimentar dos efectivos pecuários :
 - em Benavila foram mudados regularmente de pastagem :
 - ... os efectivos “bovinos”, da Cumeada para a Herdade da Cordeira, entre Outubro e Abril (em duas transumâncias), aproveitando também a bolota, a glande e a rama de azinheira daquela Herdade ;
 - ... e os “ovinos” fizeram rotação de pastagens entre as Herdades da Fundação, Provença e Grandezas – aproveitando sucessivamente a bolota e as pastagens naturais de inverno em todas elas.



Em Cabeço de Vide, esta rotação para os bovinos do efectivo local efectuaram-se entre as Herdades de Ferrarias e Batigelas, utilizando-se igualmente ramas da limpeza das azinheiras para reforço da alimentação.

VENDAS. – apesar da intermitência de preços de mercado, o valor médio dos juvenis bovinos e ovinos puderam manter-se a níveis de rentabilidade ainda positivos, com alguma melhoria para os bovinos.

Olivicultura

Neste domínio foi continuada a “parceria” com a *Sovena-Oliveira da Serra*, e as áreas de olival antigo sobranse foram vendidas na árvore ou cedidas para apanha pelos Utentes do Centro de Convívio e Apoio Social.

Agricultura

Tal como em anos anteriores, e face ao declínio acentuado da actividade cerealífera e à idade das alfaías da FAC (que não investirá em novos equipamentos), aproveitou-se tão só o renascimento de sementes deixadas na terra em anos anteriores, para reactivar as forragens naturais e a produção de palhas para o gado.

O restante da alimentação forrageira natural, foi adquirida pela continuidade do arrendamento de terrenos vizinhos com maior aptidão para essa cultura espontânea e muita abundância de bolota.

Floresta

Neste domínio, houve um reduzido movimento com valor financeiro, pois o modelo a seguir será o de ‘trocar’ a limpeza de árvores pela cedência de lenhas dessa limpeza. Aliás, não estava no horizonte de 2016 nenhuma extracção de cortiça, apenas um corte de eucaliptos que não ocorreu por terem sido consideradas demasiado baixas as propostas recebidas – e foi esta operação deixada para 2017.

Produtos regionais

Continuaram a comercializar-se os ‘queijos’ com a chancela *Abreu Callado*, propiciando assim a procura integrada dos vinhos e de produto tradicional.

Enoturismo e eventos promocionais e de grupos

Tal como desde 2010, o ‘enoturismo’ contou com dois *espaços* alternativos :

- o **pátio oitocentista**, que dispõe de salas de provas e de almoços, e de um conjunto de actividades tradicionais (museu rural, lagar centenário de capachos, ‘loja do vinho’, etc) ;
 - o **Forum** da Fundação, na periferia da Adega, e que dispõe de salas para reuniões empresariais e outras actividades de grupos, auditório, espaço de exposições, mostras, etc
- Entretanto, em 2016 assistiu-se a um crescendo da procura da FAC por grupos nacionais e estrangeiros, de onde resultaram encomendas de vinhos do exterior e na sequência das visitas de ‘enoturismo’ ocorridas.



V - A cooperação e integração local e regional

Relativamente às 'parcerias' institucionais, em 2016 a Fundação manteve o 'modelo' de anos anteriores, privilegiando :

- a Câmara Municipal de Avis e os seus Departamentos 'social', 'cultural' e 'de educação' ;
- o Conselho Municipal de Educação (onde a Fundação tem 3 representantes) ;
- o C.L.A.S., onde a Fundação entrou em 2012 e mantém uma ação muito relevante ;
- a Associação de Pais e Encarregados de Educação do concelho de Avis ;
- a Associação dos Amigos do Concelho de Avis ;
- o Centro de Emprego e Formação Profissional (Ponte de Sor) ;
- o Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre ;
- o Turismo do Alentejo ;
- a Comissão Vitivinícola da Região Alentejo ;
- as Confrarias dos Enófilos do Alentejo e Gastronómica do Alentejo.



VI - Situação financeira e de tesouraria

1.- A tesouraria da Fundação manteve-se controlada até ao início de 2016, data em que começou a ser notória uma série de atrasos de avaliação-aprovação-reembolso das verbas do POCH.

Já nos finais de 2015 fora necessário prover a tesouraria da Escola com reservas da FAC, face àqueles atrasos, acumulados desde o não-encerramento do ano escolar 2014-2015, que fora (sem aviso) alterado em Agosto-2015 pelo POCH, para uma nova meta -- biénio 2014-16 --, obrigando a um PA e inviabilizando o reembolso do "saldo final" de 2014/15, que criou o primeiro buraco orçamental e de tesouraria na EPAC.

O sinal começara a ser claro de que se aproximavam tempos difíceis para os reembolsos devidos à EPAC.

2.- Nessa altura, constatou-se que já havia atrasos acumulados na transferência de verbas do POCH relativas ao bimestre Maio-Junho, por deficiência da nova 'plataforma' de suporte ao mesmo POCH, que na vigência do *Portugal2020* substituiu o ex-POPH. Esta situação levou a que a Fundação, enquanto entidade proprietária da E.P.A.C., tivesse de acorrer a parte de um depósito a prazo -- e manteve-se a Escola em funcionamento normal, salvaguardando a situação dos alunos e a manutenção dos postos de trabalho.

3.- Até ao final de 2016, e desde o encerramento do biénio Janeiro-Fevereiro, o cenário para a Escola não parou de se agravar, com o recurso a uma 'conta corrente caucionada' (conseguida com isenção de garantias) para prevenir surpresas, e com a entrada apenas de um 'adiantamento' ao ano escolar de 2016-17, pago a 28 de Dezembro e imediatamente usado na normalização de créditos devidos desde Agosto, do pagamento aos fornecedores que não recebiam há largos meses, e de guardar alguma reserva para os primeiros meses de 2017.

4.- A situação previsível no ano 2016/17, apenas com 'turmas de continuidade' (2ºs e 3ºs anos), aconselhava à maior prudência, conformando-se o mais possível os 'gastos' aos 'proveitos', incluindo docentes e auxiliares.

Entretanto, houve que continuar a ter em conta DOIS fatores que pesaram na gestão financeira :

-- o atraso da avaliação do "saldo final" de 2014/16 (cerca de 191.000 €uros), apresentado em 7-Setembro, e ainda não concluído à data de elaboração do presente RAC-2016 (o que constitui um grave sinal da presente situação relativamente ao encerramento das Contas daquele biénio) ;

-- a paragem da análise do Curso Vocacional de 2015/16, já concluído mas cuja grelha de inserção de Contas não permite submeter o 'reembolso intermédio', e muito menos o respectivo 'saldo final' ;

-- junte-se a este cenário a 'paragem' do pedido de reembolso intermédio referente a Setembro-Dezembro de 2016, no valor de 170.000 €uros, novamente por infuncionalidade da plataforma do POCH, e conclua-se pela gravidade da situação emergente da situação de incumprimento do POCH desde os finais de 2015.



VII - Demonstração de Resultados

1.- Num ano lectivo de expectativas problemáticas e com inúmeras incertezas de natureza económico-sociais, nomeadamente para a EPAC e para a previsibilidade do aumento do SMN em cerca de 7,5%, mesmo assim os resultados verificados não ficaram muito longe dos esperados.

Num clima de contenção de 'despesa' e de todo o esforço para aumentar 'proveitos', os principais valores a relevar são :

- ... nos custos das mercadorias matérias consumidas, a descida verifica-se em toda a Fundação, face a uma maior selectividade de fornecedores, por haver menos alunos na EPAC a contribuir para os gastos, e à instalação de uma única "central de compras" para toda a FAC, permitindo poupanças e 'contratos de grupo' ;
- ... a descida percentual dos FSE foi muito semelhante na EPAC e nas restantes actividades da FAC, tendo havido um cuidado muito particular em compensar aumentos de custos em rubricas que habitualmente sobem nos inícios de anos (energia, comunicações, combustíveis, etc) com a procura de fornecedores alternativos, e na EPAC por haver menos alunos a inflacionar os consumos deste tipo de rubricas ;
- ... o acréscimo dos 'gastos com pessoal' tiveram a ver com a passagem do responsável pela vitivinicultura e da funcionária da 'recepção', de estagiários a contratados, e na Escola deveu-se ao facto de dois professores do quadro terem mudado de escalão contemplado no CCT ;
- ... a descida dos 'custos com os formandos' resultou de haver menos alunos no 3º quadrimestre de 2016 ;
- ... as 'vendas' da FAC estabilizaram (a EPAC não pode registar receitas por imposição do POCH) ;
- ... a variação de 'inventários de produções' correspondem a menos produtos (vinhos) em reserva, porque na safra de 2016 e por razões climáticas, registou-se uma quebra de cerca de 50.000 litros de vinho.

2.- O Centro de Convívio e Apoio Social regista um défice (normal) de (20.117,64 euros), entretanto melhor que em 2015, resultante de ter sido dispensada em 2015 a Directora Técnica, e a Técnica Superior passar a acumular as duas funções. Além disto, o baixo contributo da Segurança Social obriga a que a Fundação complete o orçamento do Centro.

3.- A Escola Profissional perdeu apoios subsidiários devido a duas causas principais :

- a não existência de Turmas de 1º ano no período Setembro-Dezembro ;
- a supressão da Turma de Nível II (Curso Vocacional), por extinção destas.

→ O Conselho de Administração, na previsão de 'exploração' verificada e cujo quadro é parte integrante deste Plano, propõe que o valor da mesma 'exploração' seja afectado a "resultados transitados".

=Benavila, 23 de março de 2017=

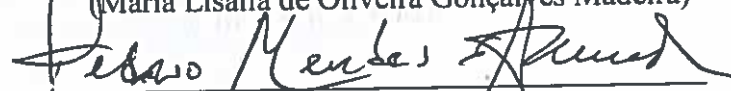


FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

O Conselho de Administração


(António Cardoso Fortes Calado)


(Maria Lisália de Oliveira Gonçalves Madeira)


(Pedro Jorge Castro Mendes de Almeida)





BALANÇO

EXERCÍCIO 2016

C.C.
Contra Assinado



BALANÇO INDIVIDUAL

2016

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....		3.652.608,45	3.676.925,53
Propriedades de investimento.....		743.208,83	743.208,83
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....			
Activos biológicos.....		405.419,24	398.959,24
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....			
Participações financeiras - outros métodos.....		6.300,00	6.300,00
Accionistas/sócios.....			
Outros activos financeiros.....		460,29	189,13
Activos por impostos diferidos.....			
		4.807.996,81	4.825.582,73
Activo corrente:			
Inventários.....		1.242.473,15	1.246.394,79
Activos biológicos.....			
Clientes.....		18.066,01	16.846,90
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....		5.528,70	3.674,37
Accionistas/sócios.....			
Outras contas a receber.....		566.359,08	597.182,22
Diferimentos.....		11.076,82	7.826,58
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....		442.791,85	328.128,73
		2.286.295,61	2.200.053,59
Total do Activo		7.094.292,42	7.025.636,32
Página 1 de 2			

Página 1 de 2



BALANÇO INDIVIDUAL

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO 2016

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 500 954 089
Moedas expressas em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2016	2015
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....		2.493.989,49	2.493.989,49
Acções (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....			
Outras reservas.....		1.924.544,19	1.924.544,19
Resultados transitados.....		(154.289,50)	(185.002,35)
Ajustamentos em activos financeiros.....			
Excedentes de revalorização.....		2.408.532,12	2.408.532,12
Outras variações no capital próprio.....			
		6.672.776,30	6.642.063,45
Resultado líquido do período.....		1.869,90	1.851,95
		6.674.646,20	6.643.915,40
Interesses minoritários.....			
Total do capital próprio		6.674.646,20	6.643.915,40
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		36.886,24	52.108,14
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		31.611,82	38.413,78
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....		160.000,00	132.274,96
Outras contas a pagar.....		25.601,57	112.060,76
Diferimentos.....		165.546,59	46.863,28
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		419.646,22	381.720,92
Total do passivo		419.646,22	381.720,92
Total do Capital Próprio e do Passivo		7.094.292,42	7.025.636,32



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

EXERCÍCIO 2016

C.C.
Carla Mendes



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

Handwritten signature: Abreu Callado
Fundação ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 500 954 089
BENAVIDA
B - ALENTEJO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

2016

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		EXERCÍCIOS	
		2016 Ano Completo	2015 Ano Completo
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		366.433,79	369.017,47
Subsídios à exploração.....		1.033.707,28	1.049.421,17
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			4.471,54
Variação nos inventários da produção.....		(7.386,15)	16.049,50
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		(140.821,65)	(171.633,35)
Fornecimentos e serviços externos.....		(460.065,41)	(497.737,51)
Gastos com o pessoal.....		(725.411,17)	(697.637,27)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		40.598,40	38.799,51
Outros gastos e perdas.....		(61.837,41)	(64.899,38)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		45.217,68	45.851,68
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(45.343,89)	(50.456,54)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(126,21)	(4.604,86)
Juros e rendimentos similares obtidos.....		6.552,00	11.171,32
Juros e gastos similares suportados.....		(4.555,89)	(4.714,51)
Resultado antes de impostos		1.869,90	1.851,95
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		1.869,90	1.851,95
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
Resultado líquido do período atribuível a: *			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por acção básico.....			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Handwritten signature: C.C. Costa Pereira



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO



DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS FAC/EPAC

EXERCÍCIO 2016

C.C.
Conceição Rodas



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 800 000 000
BENAVILA
AVS - ALENTEJO
di 2016

Gastos e Perdas	Variação 15/16					
	GLOBAL/16	FAC/16	EPAC/16	%FAC	%EPAC	%GLOBAL
61 - Custo M. Vend. M. Consumidas	140.821,65	109.236,56	31.585,09	-19,70%	-11,29%	-17,95%
Mercadorias	70.712,01	70.712,01	0,00	-20,26%	-100,00%	-20,59%
Matérias	70.109,64	38.524,55	31.585,09	-18,64%	-10,38%	-15,11%
62 - FSE	460.065,41	239.609,60	220.455,81	-5,36%	-9,85%	-7,57%
Trabalhos Especializados	100.142,10	85.286,32	14.855,78	-15,00%	-6,74%	-7,50%
Publicidade e propaganda	13.649,90	8.721,88	4.928,02	-35,36%	-36,40%	-36,11%
Honorários	92.903,00	12.000,00	80.903,00	-21,47%	-7,55%	-9,62%
Conservação e reparação	32.108,64	20.731,87	11.376,77	-45,97%	-46,29%	-46,09%
Serviços bancários	2.963,47	2.202,07	761,40	-25,71%	-59,74%	-18,32%
Ferramentas e utensílios	26.289,10	15.807,03	10.482,07	-15,85%	-7,41%	-12,68%
Livros e documentação técnica	809,59	139,39	670,20	-82,47%	-113,83%	-113,83%
Material de escritório	4.888,21	2.156,48	2.731,73	-56,42%	-29,77%	-13,09%
Artigos para oferta	640,72	440,74	199,98	-54,20%	-31,18%	-42,61%
Electricidade	35.605,31	14.475,09	21.130,22	-12,27%	-18,50%	-3,73%
Combustíveis	37.708,75	2.222,91	35.485,84	-38,25%	-10,09%	-12,45%
Água	2.021,28	1.179,53	841,75	-37,14%	-5,70%	-23,55%
Outros fluidos	1.454,85	1.208,54	246,31	-16,82%	-29,86%	39,80%
Deslocações, estadas e transportes	17.980,24	17.102,93	877,31	-4,88%	-20,62%	18,40%
Rendas e alugueres	49.901,03	30.839,29	19.061,74	-14,85%	-3,40%	-9,30%
Comunicação	14.676,53	7.149,93	7.526,60	-51,84%	50,67%	20,24%
Seguros	13.585,19	11.170,93	2.414,26	-18,53%	-58,34%	-2,97%
Contencioso e notariado	195,00	93,00	102,00	-52,31%	100,00%	139,36%
Limpeza, higiene e conforto	7.129,39	1.337,85	5.791,54	-81,53%	3,88%	-3,71%
Vigilância e segurança	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Outros serviços e fornecimentos	5.413,11	5.343,82	69,29	-1,31%	-88,06%	59,88%
63 - Gastos com o Pessoal	725.411,17	364.006,19	361.404,98	-5,02%	2,63%	-3,99%
Remunerações	585.240,53	286.287,87	298.972,66	-5,13%	5,99%	-4,33%
Pensões	9.896,35	9.896,35	0,00	-10,67%	0,00%	-10,67%
Encargos sociais	119.192,42	58.634,90	60.557,52	-50,94%	-7,23%	-2,49%
Acid. Trabalho	2.727,23	1.273,23	1.454,00	-24,54%	100,00%	13,74%
Custos de Acção Social	6.672,82	6.672,82	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Outros Custos Pessoal	1.681,82	1.061,02	620,80	-35,15%	-85,53%	-71,82%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	45.343,89	31.625,31	13.718,58	-3,00%	-32,11%	-10,13%
65 - Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
68 - Outros Gastos e Perdas	61.831,68	18.647,77	43.183,91	-6,91%	-9,58%	-4,77%
Impostos e taxas	11.733,78	11.559,32	174,46	-18,13%	-59,56%	14,83%
Quotizações	1.764,62	1.764,62	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Ofertas	2.521,40	2.521,40	0,00	-8,08%	0,00%	-8,08%
Custos operacionais - formandos	42.770,95	0,00	42.770,95	0,00%	-8,97%	-8,97%
Multas e penalidades	240,00	120,00	120,00	-74,90%	-52,00%	-67,03%
Outros	2.800,93	2.682,43	118,50	-10,00%	-30,00%	68,00%
69 - Gastos e Perdas de Financiamento	4.561,62	4.486,84	74,78	-4,23%	0,00%	-2,63%
Juros	4.555,89	4.481,11	74,78	-4,32%	0,00%	-2,73%
Outros	5,73	5,73	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	1.438.035,42	767.612,27	670.423,15	-5,44%	-4,26%	-3,30%
88 - Resultado Líquido	1.869,90	-93.497,83	95.367,73	27,94%	-2,00%	0,97%
Rendimentos						
71 - Vendas	362.222,84	362.222,84	0,00	0,09%	0,00%	0,09%
Mercadorias	74.455,47	74.455,47	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Produtos	282.386,87	282.386,87	0,00	5,86%	0,00%	5,86%
SubProdutos	5.380,50	5.380,50	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Activos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
72 - Prestações de Serviços	4.210,95	539,89	3.671,06	29,00%	9,53%	-10,70%
73 - Variações nos inventários produções	-7.386,15	-7.386,15	0,00	-100,00%	0,00%	100,00%
75 - Subsídios do Estado	1.033.707,28	271.587,46	762.119,82	6,40%	-1,00%	-1,00%
78 - Outros rendimentos e ganhos	40.598,40	40.598,40	0,00	0,00%	100,00%	0,00%
79 - Juros, dividendos e outros rendimentos	6.552,00	6.552,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	1.439.905,32	674.114,44	765.790,88	-2,00%	-1,00%	-1,00%

Fundação Abreu Callado • Fundada em 1948

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social • Membro Honorário da Ordem de Benemerência

Travessa Abreu Callado 7480-228 BENAVIDA | Tel.: 242 430 000 | Fax.: 242 434 284

Email: fundacao@abreucallado.pt | Website: www.abreucallado.pt | NIF: 500 954 089

C.C.
Carla Cordas



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Caglabunio N.º 500 954 089
BENAVILA
AVIS - ALENTEJO



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO 2016

C.C.
Costa Rodrigues



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

2016

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 504.056
BENAVILA
AVIS - ALENTEJO

	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Actividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		349.092,62	388.081,60
Pagamentos a Fornecedores		(326.285,41)	(294.291,26)
Pagamentos ao Pessoal		(479.101,31)	(507.474,04)
Caixa gerada pelas operações		(456.294,10)	(413.683,70)
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		434.214,56	130.424,35
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(22.079,54)	(283.259,35)
Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		(18.701,45)	(7.981,30)
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis			4.471,54
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(18.701,45)	(3.509,76)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		160.000,00	130.000,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos			(132.638,88)
Juros e gastos similares		(4.555,89)	(4.684,83)
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		155.444,11	(7.323,71)
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		114.663,12	(294.092,82)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		328.128,73	622.221,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		442.791,85	328.128,73

C-C
Cristina Flores



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 500 954 089
BENAVILA
AVIS - ALENTEJO



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

EXERCÍCIO 2016

C.C.
Câmara Floresta



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 24 430 000
BENAVIDA
MIS - ALENTEJO

FAC - Contabilidade														
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015														
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Montantes expressos em EUROS (sem decimais)		
												Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	2.493.989					1.924.544	(151.031)		2.408.532		1.886	6.677.921	6.677.921
Alterações do período:														
Primeira adopção do referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de dem. financeiras														
Realização do exced.revalor.AFT e AI														
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos								(33.972)				(1.886)	(35.858)	(35.858)
Outras alterações reconhecidas no CP														
2								(33.972)				(1.886)	(35.858)	(35.858)
3												1.852	1.852	1.852
4=2+3												(34)	(34.006)	(34.006)
Operações com detentores de CP:														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
5														
6=1+2+3+5		2.493.989					(1.924.544)	(185.002)		2.408.532		1.852	6.643.915	6.643.915
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015														
Legenda:														
AFT = Activo Tangível														
AI = Activo Intangível														
CP = Capital Próprio														
Página 1 de 2														

Página 1 de 2

Fundação Abreu Callado • Fundada em 1948

IPSS • Instituição Particular de Solidariedade Social • Membro Honorário da Ordem de Benemerência
Travessa Abreu Callado 7480-228 BENAVIDA | Tel.: 242 430 000 | Fax.: 242 434 284
Email: fundacao@abreucallado.pt | Website: www.abreucallado.pt | NIF: 500 954 089

C.C.
Heredes



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FAC - Contabilidade															
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016															
		Montantes expressos em EUROS (sem decimais)													
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses minoritários	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	2.493.989					1.924.544	(185.002)		2.408.532		1.852	6.643.915		6.643.915
Alterações do período:															
Primeira adopção do referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de dem. financeiras															
Realização do exced.revalor.AFT e AI															
Exced.revalor.AFT e AI e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no CP															
	7							30.713				(1.852)	28.861		28.861
	8							30.713				(1.852)	28.861		28.861
	9 = 7+8							30.713				1.870	1.870		1.870
												18	30.731		30.731
Operações com detentores de CP:															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	10	2.493.989					1.924.544	(154.290)		2.408.532		1.870	6.674.646		6.674.646
		6+7+8+10													
Legenda:															
AFT = Activo Tangível															
AI = Activo Intangível															
CP = Capital Próprio															
Página 2 de 2															

Fundação Abreu Callado • Fundada em 1948

IPSS • Instituição Particular de Solidariedade Social • Membro Honorário da Ordem de Benemerência
Travessa Abreu Callado 7480-228 BENAVIDA | Tel.: 242 430 000 | Fax.: 242 434 284
Email: fundacao@abreucallado.pt | Website: www.abreucallado.pt | NIF: 500 954 089

C.C.
Costa Soares



NOTA:

Não existiram subsídios ao investimento no exercício de 2016

EXERCÍCIO 2016

C.c.
Crista dos Reis



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 500 954 089
BENAVILA
AVIG - ALENTEJO



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EXERCÍCIO 2016

C.C.
Câmara Local



Identificação da entidade EXERCÍCIO DE 2016

INTRODUÇÃO

A empresa FAC - Contabilidade, NIF.500954089, é uma Natureza Jurídica (IPSS), constituída em 1948, tendo sede em Travessa Abreu Callado, 7480-228 BENAVIDA, exercendo a atividade de Atividade apoio social para pessoas idosas, sem alojamento.

Capital Social de 2.493.989,49 euros.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com as disposições das ESNL e respetivas NCRF.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

Adoção pela primeira vez das NCRF

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela primeira vez no ano de 2010 de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Foram efetuadas alterações nos ativos, nomeadamente no reconhecimento e desreconhecimento de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Alguns bens que em POC eram considerados imobilizado (animais e bacelos), foram reconhecidos (SNC) em ativos biológicos de acordo com a NCRF 17.

Todos os ativos fixos tangíveis que se encontravam totalmente amortizados foram desreconhecidos.

No exercício de 2012, atualizámos o plano de contas de acordo com as regras das ESNL.



Apresenta-se em seguida a reconciliação do capital próprio entre o exercício anterior (2015) e o exercício atual (2016).

Reconciliação do capital próprio

	2016				
Capital Próprio	31-12-2015	Ajustes Positivos	Ajustes negativos	31-12-2016	
Capital realizado	2.493.989,49			2.493.989,49	
Ações (quotas) próprias					
Outros instrumentos de capital próprio					
Prémios de emissão					
Reservas legais					
Outras reservas	1.924.544,19			1.924.544,19	
Resultados transitados	(185.002,35)	28.712,85		(156.289,50)	
Ajustamentos em ativos financeiros					
Excedentes de revalorização	2.408.532,12			2.408.532,12	
Outras variações no capital próprio					
Resultado líquido do período	1.851,95	1.869,90	(1.851,95)	1.869,90	
Interesses minoritários					
Total do capital próprio	6.643.915,40	30.582,75	(1851,95)	6.673.646,20	



Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

a) Ativos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes com imputação duodecimal, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

No fim da extensão do prazo da vida útil dos bens existentes proceder-se-á à revisão da mesma.

Os contratos de locação financeira aos quais a Instituição assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras. Os contratos de locação financeira são registados, na data de início, como ativo e passivo pelo valor das rendas de locação vincendas.

b) Propriedades de investimento:

Foi aplicado o modelo de mensuração do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes com imputação duodecimal, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para propriedades de investimento adquiridas antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para propriedades de investimento adquiridas entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para propriedades de investimento adquiridas após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Contratos de locação financeira:

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado como investimento, a correspondente responsabilidade é contabilizada no passivo e os juros registados como gastos do exercício. As depreciações são calculadas de acordo com o descrito na alínea a) acima. As rendas são constituídas pelo gasto financeiro e pela amortização do capital. Os gastos financeiros são imputados aos respectivos períodos durante o prazo de locação, segundo uma taxa de juro periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.



d) Inventários:

Os inventários foram mensurados pelo método do custo e pelo valor realizável líquido, sendo usado o sistema de custeio FIFO.

O valor das mercadorias, matérias-primas e matérias-subsidiárias são apresentados pelo valor de aquisição, enquanto o valor dos produtos acabados são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável. O custo dos produtos integra custos com matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos e gastos gerais de fábrica. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

	Mercadorias	Mat. Primas e Subsidiárias
Inventário Inicial	9.643,31	10.076,49
Compras	70.625,08	75.731,08
Regularizações	0,00	
Inventário Final	9.556,38	15.697,93
TOTAL	70.712,01	70.109,64

	Produtos Acabados	Subprodutos
Inventário Final	1.513.306,78	
Regularizações	2.510,00	
Inventário Inicial	1.523.202,93	
TOTAL	(7.386,15)	



Outras políticas contabilísticas relevantes

...

Juízos de valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Instituição. As áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as DF, são áreas funcionais e mecanismos a ela afetos, numa intenção de consolidar estruturas que assegurem a perenidade dos "fins fundacionais" e das "atividades económicas" de suporte institucional, nomeadamente Escola profissional e Centro de Convívio e Apoio Social, pecuária e vinhos, respetivamente.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Fluxos de caixa

Comentário sobre os saldos significativos não disponíveis para uso

Não existem saldos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários incluem:

Desagregação dos valores de caixa e depósitos bancários

Rubrica	2016	2015
Caixa	3.018	2.890
Depósitos à ordem	437.274	322.739
Outros depósitos bancários	2.500	2.500



Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Erros materiais de períodos anteriores

a) Natureza das estimativas contabilísticas e erros e quantias correspondentes para cada exercício anterior:

- No ano de 2016 receberam-se verbas respeitantes a 2015, que não estavam programadas ou seja, no encerramento de contas do ano 2015 o valor previsto para subsídios de exploração foi inferior em 22.324,78€.
- Analisando o plano de pagamentos das rendas do veículo Toyota 55-PL-45, verificou-se que na contabilidade o valor em dívida era superior ao real em 6.265,82€.
- Houve alguns acertos, mas com valores muito reduzidos (inferiores a 800,00€ no total).

Ativos fixos tangíveis

Divulgações gerais

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes com imputação duodecimal, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

No fim da extensão do prazo da vida útil dos bens existentes proceder-se-á à revisão da mesma.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de ativos fixos tangíveis:

Valorização das várias classes

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Equip. biológicos	Outros ativos tangíveis
Início do período	Valor bruto escriturado	3.252.910,49	127.878,23	1.248.813,88	260.211,65	24.155,41		54.165,77
	Amortização acumulada + perdas por imparidade		(83.823,56)	(899.970,99)	(229.771,78)	(23.960,43)		(53.683,14)
Período	Aquisições		9.616,54	8.784,91				300,00
	Alienações							
	Ativos classificados como detidos p/ venda							
	Amortização do período		(3.027,96)	(36.462,39)	(3.456,18)	(30,00)		(42,00)
	Perdas por imparidade							
	Revalorizações							
	Outras alterações							
Fim do período	Valor bruto escriturado	3.252.910,49	137.494,77	1.257.598,79	260.211,65	24.155,41		54.465,77
	Amortização acumulada (incl. Perdas por imparidade acumuladas)		(86.851,52)	(936.433,38)	(233.227,96)	(23.980,43)		(53.725,14)

AFT com titularidade restringida e dados como garantia de passivos

Os quadros seguintes evidenciam ativos tangíveis cuja titularidade está restringida e ativos tangíveis que foram dados como garantia de passivos, respectivamente.

Titularidade e garantia

Ativo fixo tangível cuja titularidade está restringida	Quantia inscriturada
Não existe nenhum bem com titularidade restringida	



AFT - Depreciação acumulada no final do período

No final do período, as depreciações acumuladas de ativos fixos tangíveis ascenderam a 1.334.228,43€.

Locações

Locações financeiras - locatários

- a) Quantia escriturada líquida à data do balanço: 12.396,01€

Custos de empréstimos obtidos

Foi adotada uma política contabilística de não capitalização do custo de empréstimo obtido (conta corrente) que tem por base a herdade da cordeira.

Durante o ano foi acionada uma conta corrente de médio prazo (12 meses). No final do prazo da mesma liquida-se os juros e o valor da respetiva conta.

Propriedades de Investimento (P.Inv.)

Modelo de mensuração

Foi aplicado o modelo de mensuração do custo na mensuração inicial, e, nas mensurações subsequentes o mesmo modelo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes com imputação duodecimal, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para propriedades de investimento adquiridas antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para propriedades de investimento adquiridas entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para propriedades de investimento adquiridas após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Como IPSS as propriedades de investimento são usadas no curso ordinário dos negócios. Indicam-se de seguida as circunstâncias que justificaram a sua classificação e contabilização como propriedades de investimento: De acordo com a NCRF 11, são os terrenos e/ou edifícios cuja finalidade é obter rendas e não para uso na produção.



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

Justo valor da P.Inv.

O justo valor das propriedades de investimento baseou-se numa valorização de avaliadores independentes, com qualificação profissional reconhecida e relevante, e com experiência recente na localização e na categoria das propriedades de investimento valorizadas.

Quantias reconhecidas nos resultados

Descrição	Valor
Rendimentos de rendas de propriedades de investimento	9.288,65
Gastos operacionais diretos (incluindo reparações e manutenção) provenientes de propriedades de investimento que geraram rendimentos de rendas durante o período;	1.777,61
Gastos operacionais diretos (incluindo reparações e manutenção) provenientes de propriedades de investimento que não geraram rendimentos de rendas durante o período	
Alteração cumulativa no justo valor reconhecido nos resultados com a venda de uma propriedade de investimento de um conjunto de ativos em que se usa o modelo do custo para um conjunto em que se usa o modelo do justo valor.	



Quantia bruta (a)	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Outras propriedades de investimento	Total
743.208,83		2.188.475,74		2.931.684,57
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas (b)		2.188.475,74		2.188.475,74
Quantia líquida (a) - (b)		0,00		0,00
(+) Aquisições				
(+) Dispendios subsequentes reconhecidos como ativos				
(+) Aquisições por intermédio de concentrações de atividades empresariais				
(-) Ativos classificados como detidos para venda e outras alienações				
(-) Depreciações				0,00
(-) Perdas por imparidade				
(+) Reversões de perdas por imparidade				
(+) Dif. Cambiais líquidas - transp. de Dem. Financeiras para outra moeda				
(+) Dif. Cambiais líquidas - transp. de uma un. oper. estrangeira para a moeda de apresentação				
(+) Transfêrencias de e para inventários de prop. ocupada pelo dono				
Outras alterações				
Quantia bruta (c)	743.208,83	2.188.475,74		2.931.684,57
Depreciações e perdas por imparidade (d)		2.188.475,74		2.188.475,74
Quantia líquida (c) - (d)	743.208,83	0,00		743.208,83



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 500 954 089
BENAVILA
AVS - ALENTEJO
Alfado
Benavila
Scalio

Imparidade de ativos

Valores globais de perdas por imparidade e reversões reconhecidas

Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidos diretamente no CP	Reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Reversões de perdas por imparidade em ativos revalorizados reconhecidos diretamente no CP	Reconhecido na D.R. no item:
Dívidas a receber				
Inventários				
Investimentos financeiros				
Propriedades de investimento				
Ativos fixos tangíveis				
Ativos intangíveis				
Investimentos em curso				
Ativos não correntes detidos para venda				

* Não houve imparidades no exercício de 2016

C.C.
Carla Costa



Agricultura

Descrição de cada grupo de ativos biológicos

3711 – Ativos biológicos consumíveis – Animais

3712 – Ativos biológicos consumíveis – Plantas

3721 – Ativos biológicos de produção – Animais

3722 – Ativos biológicos de produção – Plantas

Ativos biológicos previamente mensurados pelo seu custo

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

Descrição dos ativos biológicos: bovinos, ovinos e bacelos.

Natureza e extensão dos subsídios governamentais reconhecidos nas demonstrações financeiras

Os subsídios recebidos são todos de exploração, não existindo nenhum investimento. Os mesmos são contabilizados numa conta de rendimentos quando dizem respeito ao próprio ano.

Inventários

Políticas contabilísticas e forma de custeio usada

Os inventários foram mensurados pelo método do custo e pelo valor realizável líquido, sendo usado o sistema de custeio FIFO.

O valor das mercadorias, matérias-primas e matérias subsidiárias são apresentados pelo valor de aquisição, enquanto o valor dos produtos acabados são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável. O custo dos produtos integra custos com matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos e gastos gerais de fábrica. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.



Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Classificação	Valor escriturado
Mercadorias	9.556,38
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	15.697,93
Produtos acabados e intermédios	1.217.218,84
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Produtos e trabalhos em curso	
Ativos biológicos	405.419,24
Total	1.648.192,39

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período
O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de: 140.821,65€.

Quantia de ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período
O valor de inventários reconhecido como um gasto durante o período foi de: 2.510,00€



Rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestações de serviços, líquido de impostos e descontos e é reconhecido como:

- o rédito das vendas é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador;
- o rédito das prestações de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento dos serviços prestados.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

Venda de bens: 362.222,84€

Prestação de serviços: 4.210,95€

Royalties: 0,00€

Juros: 0,00€

Outros rendimentos: 6.552,00€

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não houve provisões neste exercício.



Subsídios do Governo e apoios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios recebidos são todos de exploração, não existindo nenhum investimento. Os mesmos são contabilizados numa conta de rendimentos quando dizem respeito ao próprio ano.

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos

Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou.

Os mesmos são direcionados às seguintes áreas:

- Escola Profissional Abreu Callado: 762.119,82€;
- Centro de Convívio e Apoio Social: 31.650,00€;
- Agricultura: 230.466,34€;
- Apoios estágios profissionais (IEFP) e CEI: 9.471,12€.

Estes subsídios correspondem ao valor do exercício de 2016, no entanto algumas destas verbas só serão recebidas no exercício de 2017.

Acontecimentos após a data do balanço

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em ____ / ____ / 2017, pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração tem o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.



Instrumentos financeiros

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros

Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

a) Os investimentos financeiros dizem respeito à participação financeira na Sociedade Olivícola Abreu Callado, e ao FCT.

Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego

Relativamente a Gastos com pessoal:

a) Remunerações Pessoal: 585.240,53€

b) Encargos sobre remunerações: 119.192,42€

c) Pensões: 9.896,35€

d) Outros gastos (Segurança e higiene no trabalho, formação, seguro acidentes trabalho e Ação social): 11.081,87€

Num total de 725.411,17€



Outras informações:

DIFERIMENTOS:

- Gastos a reconhecer:
 - Seguros: 8.254,42€
 - Honorários: 2.822,40€
- Rendimentos a reconhecer:
 - Subsídios POPH: 165.546,59€ (recebido em 2016 mas referente a 2017)

DEVEDORES E CREDITORES POR ACRÉSCIMOS:

- Devedores por acréscimos de rendimentos:
 - * Subsídios à exploração (IFAP + IEFPP): 37.564,28€
 - * Subsídios à exploração (POPH): 511.293,55€
 - * Rendas: 3.774,60€
- Creditores por acréscimos de gastos:
 - * Juros a liquidar: 305,93€

CLIENTES: Os clientes procedem ao pagamento dos produtos no momento da sua aquisição, à exceção dos distribuidores SAVEN e Dourado Distribuição, Lda.e outros clientes como O MEU COPO, Lda. e GRUPO JOSÉ AVILEZ

FORNECEDORES: Existe uma política de pagamentos que é-. As compras efetuadas num determinado mês são liquidadas no mês seguinte, salvo exceções em que o pagamento é imediato.



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

FUNDAÇÃO ABREU CALLADO
Contribuinte N.º 500 954 089
BENAVIDA
AVIS - ALENTIL
Callado



ATA DO PARECER E APROVAÇÃO DE CONTAS DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO 2016



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

ATA DO CONSELHO FISCAL

Aos dezanove dias do mês de Abril de dois mil e dezassete, pelas 11 horas, reuniu na sede da Fundação Abreu Callado, sita na Travessa Abreu Callado em Benavila, o seu Conselho Fiscal designado para o mandato Julho/2015-Julho/2021 nos termos estatutários, estando presentes todos os seus membros:-----

- Carlos Fernando Rodrigues (Presidente),-----
- Francisco José Cordeiro Miranda (Vogal),-----
- Jaime Henrique Ramos Teles (Vogal),-----

A presente reunião teve apenas como Ponto Único - Análise e aprovação do Contas de Gestão de 2016.-----

Os documentos constituintes das referidas Contas são: Balanço, Demonstração de Resultados, Relatório de Actividades da Administração da Fundação e Mapas anexos).-----

Foram os referidos documentos, bem como a proposta da Ata do Conselho de Administração que as aprova, previamente remetidos pelo seu Presidente, em nome do C.A. da Fundação Abreu Callado.-----

Os membros do Conselho Fiscal tiveram acesso aos documentos a que acima se faz referência para análise com a antecedência devida, pelo que antes da presente reunião todos os seus membros tiveram a possibilidade individual de os ler e analisar. Na presente reunião todos os membros dispensaram a leitura prévia e integral dos documentos acima referidos.-----

O Conselho Fiscal fez contudo uma análise conjunta dos mesmos, bem como da Ata do CA que os apresenta e aprova.-----

O Conselho Fiscal reconhece que na referida Acta estão sintetizados os aspectos mais significativos e relevantes do exercício de 2016.-----

No que diz respeito aos Resultados de Exploração no montante de 1 869,90€ o Conselho Fiscal aceita a sua proposta de aplicação.-----

Nada mais havendo a analisar ou discutir, e com a concordância de todos os elementos do Conselho Fiscal, o seu Presidente deu por encerrada a sessão pelas treze horas e dez minutos, assinando todos de imediato a presente Acta, indo a mesma ser apresentada ao Conselho de Administração da Fundação, no cumprimento, para e nos efeitos legais e estatutários devidos.-----

O Presidente

Carlos Fernando Rodrigues

O Vogal

Francisco José Cordeiro Miranda

O Vogal

Jaime Henrique Ramos Teles



Fundação Abreu Callado • Fundada em 1948

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social • Membro Honorário da Ordem de Benemerência

Travessa Abreu Callado 7480-228 BENAVIDA | Tel.: 242 430 000 | Fax.: 242 434 284

Email: fundacao@abreucallado.pt | WebSite: www.abreucallado.pt | NIF: 500 954 089



FUNDAÇÃO ABREU CALLADO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL - CONTAS DE 2016

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, o Conselho Fiscal remete o seu Relatório e Parecer às Contas de Gestão da Fundação Abreu Callado (FAC) referentes ao exercício de actividade do ano civil de 2016 e da responsabilidade da sua digna Administração.

Durante o ano de 2016 acompanhámos com periodicidade e extensão adequada os critérios e registos contabilísticos, o cumprimento dos normativos legais e estatutários, tendo recebido em tempo útil e oportuno os esclarecimentos solicitados ao Conselho de Administração, pelo que mostramos aqui desde já o nosso apreço à Administração e a todos os serviços da FAC pela referida colaboração.

Examinámos as demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço, a Demonstração de Resultados do exercício a 31 de Dezembro de 2016, o respectivo Relatório de Gestão bem como a aplicação de resultados, complementados pelos balancetes de razão de Dezembro antes e após fecho.

Estes documentos, apresentados pela Administração da Fundação apresentam de forma verdadeira e apropriada todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da FAC e o resultado das suas operações, bem como reflectem a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados aliados a um sistema de controlo interno adequado e apropriado à natureza da FAC. Estes documentos, devidamente assinados pelo Técnico de Contas, lidos em conjunto permitem a compreensão da posição financeira, dos resultados da FAC e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Assim somos de parecer que seja aprovado o Relatório e Contas do exercício de 2016 findo a 31 de Dezembro e apresentados pela Administração, bem como a Aplicação de Resultados proposta.

O Presidente

Carlos Fernando Rodrigues

O Vogal

Francisco José Cordeiro Miranda



O Vogal

Jaime Henrique Ramos Teles

Fundação Abreu Callado • Fundada em 1948

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social • Membro Honorário da Ordem de Benemerência

Travessa Abreu Callado 7480-228 BENAVIDA | Tel.: 242 430 000 | Fax.: 242 434 284

Email: fundacao@abreucallado.pt | Website: www.abreucallado.pt | NIF: 500 954 089